

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.320.343 - PR (2018/0163238-3)

RELATORA : **MINISTRA NANCY ANDRIGHI**
AGRAVANTE : G. R. S. COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA
ADVOGADOS : WESLEN VIEIRA DA SILVA - PR055394
BRUNO SPINELLA DE ALMEIDA - PR055597
DIEGO RODRIGO MARCHIOTTI E OUTRO(S) - PR055891
AGRAVADO : BANCO SAFRA S A
ADVOGADOS : JOSÉ MIGUEL GARCIA MEDINA - PR021731
RAFAEL DE OLIVEIRA GUIMARÃES - PR035979
HENRIQUE CAVALHEIRO RICCI - PR035939
RENATA PACCOLA MESQUITA - PR050980
BRUNO CESAR VICENTIM E OUTRO(S) - PR049289

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS. FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO NÃO IMPUGNADO. SÚMULA 283/STF. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. COTEJO ANALÍTICO E SIMILITUDE FÁTICA. AUSÊNCIA.

1. Ação de prestação de contas.
2. A existência de fundamento do acórdão recorrido não impugnado – quando suficiente para a manutenção de suas conclusões – impede a apreciação do recurso especial.
3. O dissídio jurisprudencial deve ser comprovado mediante o cotejo analítico entre acórdãos que versem sobre situações fáticas idênticas.
4. Agravo conhecido. Recurso especial não conhecido.

DECISÃO

Cuida-se de agravo em recurso especial interposto por G.R.S COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA., contra decisão que negou seguimento a recurso especial fundamentado nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional.

Ação: de prestação de contas, ajuizada pela agravante, em face do BANCO SAFRA S/A.

Decisão interlocutória: conheceu dos embargos de declaração opostos pelo agravado, para retificar a natureza do pronunciamento anteriormente proferido como "sentença", classificando-o como decisão interlocutória, o que

acarretou no afastamento dos honorários sucumbenciais.

Acórdão: negou provimento ao agravo de instrumento interposto pela agravante, nos termos da seguinte ementa:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS. DECISÃO QUE, SOB A ÉGIDE DO NOVO CPC, ACOLHE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO INTERPOSTOS CONTRA SENTENÇA DE PRIMEIRA FASE E RECONHECE A NATUREZA INTERLOCUTÓRIA DO PRONUNCIAMENTO. POSSIBILIDADE. APLICAÇÃO DO DIREITO INTERTEMPORAL COM BASE NO ARTIGO 1.046 DO CPC. INCIDÊNCIA DO CPC/ 15 AOS PROCESSOS EM CURSO. TEORIA DO ISOLAMENTO DOS ATOS PROCESSUAIS. INAPLICABILIDADE DO ARTIGO 1.046, § 1º, DO CPC. PROCEDIMENTO QUE NÃO FOI REVOGADO, MAS APENAS MODIFICADO. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. (e-STJ fl. 128)

Recurso especial: alega violação do art. 1.046, §1º, do CPC/15, bem como dissídio jurisprudencial. Assevera que a ação de prestação de contas foi ajuizada durante a vigência do Código de Processo Civil de 1.973 e, portanto, a primeira fase foi resolvida por sentença e são devidos honorários advocatícios.

RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.

- Julgamento: aplicação do CPC/15.

- Da existência de fundamento não impugnado

A agravante, em relação à aplicabilidade do CPC/15, não impugnou o seguinte fundamento utilizado pelo TJ/PR:

Consoante estabelece a referida norma, "*as disposições da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, relativas ao procedimento sumário e aos procedimentos especiais que forem revogadas aplicar-se-ão às ações propostas e não sentenciadas até o início da vigência deste Código*" (grifei).

Ocorre que o procedimento relativo à prestação de contas não foi revogado pelo CPC/15, mas apenas modificado, continuando a

existir com novos contornos. Incide, nestas hipóteses, o disposto no artigo 1.046, §4º, do CPC, segundo o qual as remissões a disposições do Código de Processo Civil revogado passam a referir-se às que lhes são correspondentes no novo Código. (e-STJ fls. 131/132)

Assim, não impugnado esse fundamento, deve-se manter o acórdão recorrido. Aplica-se, neste caso, a Súmula 283/STF.

- Da divergência jurisprudencial

Entre os acórdãos trazidos à colação, não há o necessário cotejo analítico nem a comprovação da similitude fática, elementos indispensáveis à demonstração da divergência. Assim, a análise da existência do dissídio é inviável, porque foram descumpridos os arts. 1.029, § 1º, do CPC/15 e 255, §§ 1º e 2º, do RISTJ.

Forte nessas razões, CONHEÇO do agravo e, com fundamento no art. 932, III, do CPC/15, NÃO CONHEÇO do recurso especial.

Deixo de majorar os honorários de sucumbência recursal, visto que não foram arbitrados na instância de origem.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar sua condenação às penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intime-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora